

PESQUISAS E REFLEXÕES EM INCLUSÃO SOCIAL-EDUCACIONAL

Sueli Salles Fidalgo
Maria de Fátima Carvalho
Marcia Pereira de Carvalho
Organizadoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pesquisas e reflexões em inclusão social-educacional
[livro eletrônico] / organização Sueli Salles
Fidalgo, Maria de Fátima Carvalho, Márcia
Pereira de Carvalho. -- São Paulo, SP :
Universidade Federal de São Paulo, 2023. --
(Educação e saúde ; 6)
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-87312-79-8

1. Educação em saúde 2. Educação inclusiva -
Brasil 3. Inclusão escolar 4. Pessoas com
deficiência - Acessibilidade 5. Práticas pedagógicas
6. Professores - Formação I. Fidalgo, Sueli Salles.
II. Carvalho, Maria de Fátima. III. Carvalho, Márcia
Pereira de. IV. Série.

23-149366

CDD-379.26

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação inclusiva : Política educacional :
Educação 379.26

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

DOI <https://doi.org/10.34024/9786587312798>

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional
Para ver uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>



COLEÇÃO

EDUCAÇÃO
& SAÚDE

PESQUISAS E REFLEXÕES EM INCLUSÃO SOCIAL-EDUCACIONAL

Sueli Salles Fidalgo
Maria de Fátima Carvalho
Marcia Pereira de Carvalho
Organizadoras



1933



VOLUME 6

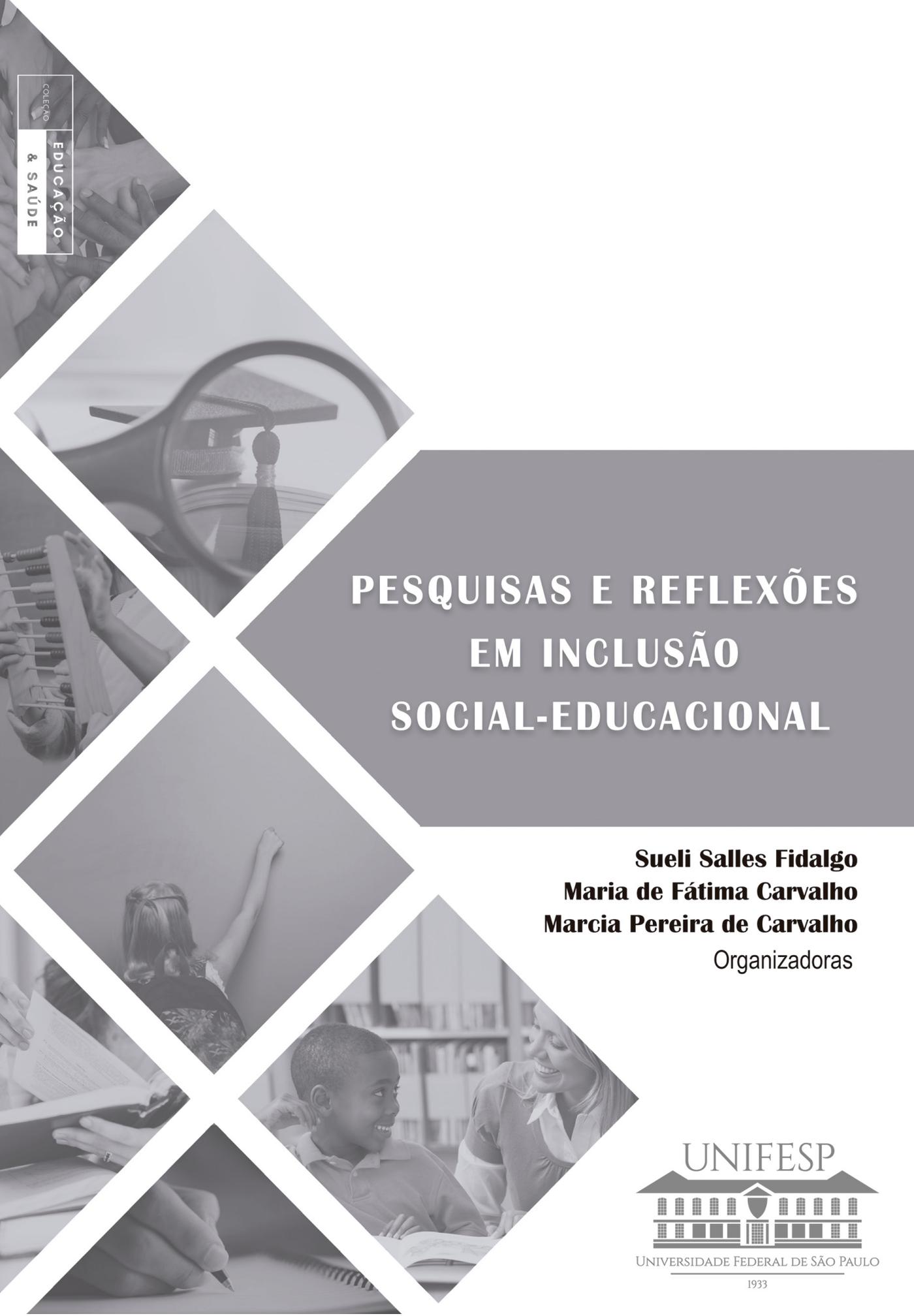
PESQUISAS E REFLEXÕES EM INCLUSÃO SOCIAL-EDUCACIONAL

Sueli Salles Fidalgo
Maria de Fátima Carvalho
Márcia Pereira de Carvalho
Organizadoras



COLEÇÃO

EDUCAÇÃO
& SAÚDE



PESQUISAS E REFLEXÕES EM INCLUSÃO SOCIAL-EDUCACIONAL

Sueli Salles Fidalgo
Maria de Fátima Carvalho
Marcia Pereira de Carvalho
Organizadoras

UNIFESP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

1933

Copyright © 2023: Dos organizadores e da Editora

Todos os direitos desta edição são reservados.

A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

TITULO DA OBRA: PESQUISAS E REFLEXÕES EM INCLUSÃO
SOCIAL-EDUCACIONAL

Organizadoras: Sueli Salles Fidalgo; Maria de Fátima Carvalho; Márcia
Pereira de Carvalho

Coordenação editorial: Pontes Editores

Coordenação da coleção: Conselho científico PPGES/Unifesp

Projeto Gráfico: Rubens Lacerda de Sá e Cícera Aparecida Lima
Malheiro

Capa: Cícera Aparecida Lima Malheiro

Revisão e Normatização: Conteúdo, revisão e confiabilidade são
responsabilidade dos autores

Editoração e Diagramação: Editorar Multimídia





Universidade Federal de São Paulo
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação e
Saúde na Infância e na Adolescência



Reitora

Profa. Dra. Raiane Patrícia Severino Assumpção

Vice-Reitora

Profa. Dra. Lia Rita Azeredo Bittencourt

Diretor da EFLCH-Guarulhos

Prof. Dr. Bruno Konder Comparato

Vice-Diretora da EFLCH-Guarulhos

Profa. Dra. Sandra Regina Leite de Campos

Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência

Coordenadora Profa. Dra. Maria de Fátima Carvalho

Vice-Coordenadora Profa. Dra. Luciane de Fatima Bertini

Conselho Científico

Amália Neide Covic

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Luciane de Fatima Bertini

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Cícera Aparecida Lima Malheiro

Universidade Estadual Paulista, Brasil

Maria de Fátima Carvalho

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Cláudia Berlim de Mello

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Mariana Guedes Seccato

Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Denise Maria de Carvalho Lopes

Univ. Federal Rio Grande do Norte, Brasil

Maria Sylvia de Souza Vitale

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Derlis Ortiz Coronel

Universidad Nacional de Asunción, Paraguay

Nikolai Veresov

Monash University, Austrália

Elizabeth dos Santos Braga

Universidade de São Paulo, Brasil

Rubens Lacerda de Sá

Instituto Federal de São Paulo, Brasil

Fernanda Miranda da Cruz

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Sueli Salles Fidalgo

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Laure Kloetzer

Université de Nêuchâtel, Suíça

Wanda Maria Junqueira de Aguiar

Pontifícia Univ. Católica de São Paulo, Brasil

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pesquisas e reflexões em inclusão social-educacional
[livro eletrônico] / organização Sueli Salles
Fidalgo, Maria de Fátima Carvalho, Márcia
Pereira de Carvalho. -- São Paulo, SP :
Universidade Federal de São Paulo, 2023. --
(Educação e saúde ; 6)
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-87312-79-8

1. Educação em saúde 2. Educação inclusiva -
Brasil 3. Inclusão escolar 4. Pessoas com
deficiência - Acessibilidade 5. Práticas pedagógicas
6. Professores - Formação I. Fidalgo, Sueli Salles.
II. Carvalho, Maria de Fátima. III. Carvalho, Márcia
Pereira de. IV. Série.

23-149366

CDD-379.26

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação inclusiva : Política educacional :
Educação 379.26

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

DOI <https://doi.org/10.34024/9786587312798>

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional
Para ver uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>



SUMÁRIO

Dedicatória.....	11
Prefácio.....	13
Marisa Sacaloski	
Apresentação.....	15
Sueli Salles Fidalgo	
Maria de Fátima Carvalho	
Márcia Pereira de Carvalho	
Capítulo 1	
A constituição de um sujeito adulto com deficiência intelectual	23
Alline Mayara Ferreira Laranjeira	
Adriane Cenci	
Capítulo 2	
Um olhar sobre a formação docente: as práticas pedagógicas necessárias para a inclusão a partir da BNCC	47
Adriana Maria Jacob	
Heleni Sousa dos Santos Ferreira	
Jandela Cristini Guilherme dos Santos Tamashiro	
Karina Rocha Nazzari	
Capítulo 3	
Perspectivas de mães sobre a inclusão escolar de crianças com deficiência na educação infantil: vivências que desafiam	67
Maria de Fátima Carvalho	
Bianca Rafaela Mattos Teixeira Azevedo	
Fabiana Aparecida Melo de Oliveira	
Capítulo 4	
Os obstáculos enfrentados por alunos com surdez no contexto do ensino remoto do ACRE.....	101
Marcylane dos Anjos Maia	
Rosilene Gomes dos Santos Rodrigues	
Grassinete C. de Albuquerque Oliveira	

Capítulo 5	
Produção científica nacional sobre o atendimento pedagógico em ambiente hospitalar (2008 a 2018): revisitando uma década de temáticas priorizadas e desafios enfrentados.....	129
Fabiana Aparecida de Melo Oliveira Branca Monteiro Camargo	
Capítulo 6	
Libras rompendo o silêncio entre pais ouvintes e filho surdo: Transformando o brincar	159
Valéria da Silva Bezerra Sueli Salles Fidalgo	
Capítulo 7	
A arte como ferramenta de (re)significação na formação contínua de professores para a Educação Inclusiva	187
Karina Nazzari	
Capítulo 8	
Formação docente e a busca por uma prática inclusiva em um curso de leitura em inglês e em português para alunos com necessidades educacionais intelectuais específicas	209
Eliane Pereira Domingues da Silva Marcel de Assis Roque Márcia Pereira de Carvalho	
Capítulo 9	
Reflexões sobre a construção da subjetividade e da identidade surda em ambientes não bilíngues	233
Mirlene de Oliveira Marinho	
Capítulo 10	
Saberes, práticas e discursos dos professores de surdos do Vale do Ribeira: uma proposta de intervenção	247
Mirlene de Oliveira Marinho	
Capítulo 11	
Práticas de pesquisar, ensinar-aprender, discutir, teorizar, compartilhar: o trabalho do grupo de pesquisa ISEF – Inclusão Social-Educacional e Formação	261
Maria de Fátima Carvalho Marcia Pereira de Carvalho Sueli Salles Fidalgo	
Sobre os autores	294

Capítulo 4

Os obstáculos enfrentados por alunos com surdez no contexto do ensino remoto do ACRE

Marcylane dos Anjos Maia
Rosilene Gomes dos Santos Rodrigues
Grassinete C. de Albuquerque Oliveira

Introdução

Em 2020, o mundo se encontrava em um cenário epidemiológico de Coronavírus, doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, conhecido como Covid 19. No Brasil, o primeiro caso confirmado foi em 26 de fevereiro, em São Paulo. No mesmo mês, começaram as primeiras ações governamentais ligadas à pandemia, com a repatriação dos brasileiros que viviam em Wuhan, cidade chinesa epicentro da infecção. Assim, desde o início de 2020, mesmo com as inúmeras dificuldades impostas por alguns presidentiáveis negacionistas, a população mundial tomou iniciativas e medidas para prevenir a contaminação e o número de mortes de pessoas pela doença, a exemplo das vacinas, do *lockdown* e do necessário isolamento social ajudaram-nos a passar pelos piores momentos vividos até o momento, no século XXI. Estamos em 2023 e, com o novo governo presidencial no Brasil, a ordem é de reconstruir o país frente à necropolítica (MBEMBE, 2016) e a necroeducação (LIBERALI, 2020) instituída pelo governo antecessor. O direito à vida, à dignidade humana, à segurança, à saúde, à educação e o acesso ao emprego para todos voltam a ser compromissos, os quais esperamos sejam concretizados.

No que tange ao contexto da educação, a paralisação das aulas presenciais em 2020 trouxe a urgente necessidade de reorganização do currículo, de metodologias de ensino e das práticas pedagógicas, a fim de considerar quais eram as ferramentas tecnológicas mais adequadas para a realização das atividades escolares remotas. Logo, naquele momento, as instituições de ensino articularam diferentes procedimentos para não privar o

aluno à educação e firmaram parcerias com os meios de comunicação como a televisão, o rádio e adotaram, com o auxílio de diferentes plataformas e aplicativos tecnológicos, o ensino remoto emergencial, uma mistura de aulas síncronas com atividades assíncronas, além de ressignificar o conteúdo de acordo com a série em que o estudante cursava (VIEIRA; RICCI, 2020).

Sem dúvidas de que o vírus da Covid-19 não diferenciou e nem privilegiou quais seres humanos seriam (e ainda são) infectados, todavia, não há como negar que os impactos sofridos pelos mais pobres foram por demais significativos. Com as escolas fechadas, o ensino remoto revelou o abismo social que nossos educandos - educação básica e superior pública - vivem e, de acordo com a Agência do Senado (2021) guiada pelo Inep (2021), haverá uma longa caminhada para retomar os níveis de aprendizagem perdidos desde o início de 2020.

Fato é que diante de um país em que as desigualdades sociais são visíveis e o abandono do Estado é uma constante, milhões de alunos espalhados pelo Brasil precisaram se adequar às atividades *online*, mesmo sem terem as condições financeiras necessárias para adquirir uma rede de dados de internet suficiente para acompanhar as aulas remotas. Conhecedor desse fosso social, o Governo Federal promulgou a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021, que dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais a alunos e a professores da Educação Básica Pública (BRASIL, 2021). Evidentemente que esta ação foi necessária, mas os impactos econômico, social e mental decorrentes da Pandemia deixou seus efeitos na vida dos estudantes brasileiros.

Não podemos esquecer que falar sobre a educação brasileira de modo geral é algo bastante complexo e, seja em tempos de pandemia e/ou após o período crítico, quando se trata da educação do aluno com surdez é ainda mais significativo e imprescindível, já que a história da educação de surdos é pautada por dificuldades, lutas por direitos e, há 20 anos, busca pelo reconhecimento social da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão no país. Assim, o objetivo deste estudo é discutir acerca dos obstáculos e dificuldades que pessoas surdas enfrentaram ao estudarem no ensino remoto durante o contexto de pandemia, em Rio Branco-AC, tendo em vista que o discente surdo sofreu, assim como os

demais espalhados pelo Brasil, grande impacto com o fechamento das escolas e com o distanciamento social.

Para isso, a primeira seção apresenta de modo sucinto, as três abordagens de ensino que eram comumente utilizadas para a educação dos surdos - Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo - para, na sequência, discorrer sobre a educação para surdos na pandemia, as propostas e os obstáculos presentes. A segunda seção discute, especificamente, das proposições que a Secretaria de Educação do Estado do Acre utilizou para lidar com este período de aulas remotas. Na seção seguinte, a terceira, apresentamos a metodologia e, para a coleta de dados, realizamos um questionário disponibilizado no *Google Forms* para alunos surdos que tiveram contato com o ensino remoto durante a pandemia. O questionário foi enviado sem distinção de grau de escolaridade, idade ou instituição, onde se analisou as respostas de 10 alunos. A quarta seção discute os dados encontrados e, por fim, apresentamos nossas considerações finais.

A educação de surdos e a Pandemia

A história da educação de surdos envolve muitas dificuldades e para entendermos estes desafios é necessário entender o contexto histórico deste povo. Strobel (2009) argumenta que conhecer a história dos surdos serve para irmos além de adquirir conhecimentos, pois serve para refletirmos e questionarmos como ocorreu a educação dos surdos em diferentes épocas e, por que atualmente, mesmo com as políticas de inclusão, o sujeito surdo continua excluído. Strobel (2009) divide a história de surdos em três grandes fases:

1. Revelação cultural: Nesta fase os povos surdos não tinham problemas com a educação. A maioria dos sujeitos surdos dominava a arte da escrita e há evidência de que antes do congresso de Milão havia muitos escritores surdos, artistas surdos, professores surdos e outros sujeitos surdos bem-sucedidos.
2. Isolamento cultural: ocorre uma fase de isolamento da comunidade surda em consequência do congresso de Milão de 1880 que proíbe o acesso da língua de sinais na educação dos surdos, nesta fase as comunidades surdas resistem à imposição

da língua oral. 3. O despertar cultural: a partir dos anos 60 inicia uma nova fase para o re-nascimento na aceitação da língua de sinais e cultura surda após muitos anos de opressão ouvintista para com os povos surdos. (STROBEL, 2009, p 12)

É possível observar que as pessoas surdas foram privadas de atuarem ativamente na sociedade e de terem acesso à educação básica durante muito tempo. Foi no século XVII que surgiram as primeiras escolas de surdos na Europa e, no Brasil, somente em 1857, no Rio de Janeiro, foi fundado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Atualmente, há muitos alunos surdos matriculados em escolas regulares de ensino e poucos professores capacitados para atendê-los. Para isto, o ideal seria que as escolas fossem de fato inclusivas e contassem com toda a equipe pedagógica capacitada para oferecer um ensino de qualidade, sem exclusões e em todas as modalidades de ensino - presencial, híbrido e remoto -, tendo em vista estas modalidades, a nosso ver, fazem parte do “novo” modelo de educação.

Importante ressaltar e, de acordo com Strobel (2009), a história da educação surda ainda hoje é feita por sujeitos ouvintes que elogiam as iniciativas e projetos desenvolvidos para eles. Ao longo do tempo, o povo surdo brasileiro vem adquirindo uma maior visibilidade e participação social, articuladas em organizações - associação de surdos, federações de surdos, confederações e outros - com fins de resistências às práticas ouvintistas que não respeitam a sua língua, identidades e cultura. Sabedores de que tratar da educação surda ao longo da história é evidenciar a trajetória de lutas e desafios vivenciados pelos mesmos, neste espaço, iremos apresentar de forma sucinta os três métodos de comunicação apresentados a eles, tendo a ciência de que a discussão é insuficiente para compreender a opressão e a exclusão que eles ainda vivenciam.

Segundo Perlin e Strobel (2006), com a proibição da Língua de Sinais no ano de 1880, o método de comunicação passou a ser apenas a oralização ou método oralista, baseado na concepção de que o Surdo deveria se expressar através do treino da fala e utilizar-se da leitura labial, ou seja, a leitura dos lábios de quem está falando. O segundo método utilizado na Educação de

Surdos, na verdade, é resultado da junção da Língua Oral com a Língua de Sinais, sendo chamado de método da Comunicação Total. Lembrando que a Língua de Sinais tem características gestuais-visuais, diferenciando-se da Língua Oral. O terceiro método denomina-se bilinguismo, sendo baseado no aprendizado da Língua de Sinais como primeira Língua do sujeito surdo, sua Língua Materna. Segundo essa proposta, a criança surda deve iniciar precocemente o contato com adultos surdos, que ensine a Língua de Sinais como sua Língua natural e, somente a partir desse momento, irá iniciar o aprendizado da Língua Oral na modalidade escrita como segunda língua.

Duboc (2004) afirma que ao abordar a escolarização dessas pessoas deve-se, em primeiro lugar, considerar que por muitos anos elas estiveram fora do convívio social ou, em alguns casos, com convivência limitada a ações de assistencialismo ou de filantropia. Essas, na maioria das vezes, acompanhadas por uma visão clínica, que considera a surdez apenas do ponto de vista da deficiência. Agora, século XXI, o ensino teve que ser adaptado para o contexto pandêmico e a difícil história da educação de surdos ganhou mais um episódio. Naturalmente, os alunos surdos também foram afetados pela rápida resolução dos problemas consequentes da paralisação das aulas presenciais, caracterizado pela implementação das aulas remotas e que, por ser uma solução de emergência, deixou de tratar questões importantes com a devida atenção, tais como as condições sociais, linguísticas e cognitivas dos alunos (ouvintes e surdos) que foram submetidos a este novo ambiente de aprendizado.

Neste caso em específico, é preciso respeitar as especificidades culturais e de identidade da pessoa com surdez, visto que as pessoas surdas têm em comum muitas características que vão além da especificidade biológica. Dito de outro modo, sujeitos inseridos na realidade da surdez apresentam identidades heterogêneas e, mesmo que utilizem o sistema linguístico de natureza visual-motora, a forma como absorvem os conteúdos acontece do mesmo modo que o ouvinte, ou seja, cada um tem o seu próprio ritmo e modo de compreender os conteúdos de ensino-aprendizagem. Quadros e Schmiedt (2006) afirmam que as línguas expressam a capacidade específica dos seres humanos para a linguagem, exprimem as culturas, as crenças, os

valores e os padrões sociais de um determinado grupo social. Desse modo, os surdos brasileiros usam a libras, uma língua visual-espacial que apresenta as propriedades específicas das línguas humanas e, assim como qualquer pessoa ouvinte, ele vai relacionar os conteúdos estudados se estes estiverem articulados com a sua prática situada, com a realidade e o contexto vividos.

Evidentemente, o cenário epidêmico em nosso país nos obrigou a repensar o que entendemos por educação e a buscar caminhos e estratégias para adaptarmos a educação ao contexto de isolamento social. Diante da pandemia, o Ministério da Educação (MEC) do Brasil autorizou a substituição das aulas presenciais pelo modelo remoto para as instituições de ensino superior e, pouco depois, para a educação básica. As autorizações, que antes deveriam durar apenas um mês, foram prorrogadas por mais três vezes, com permissão até 31 de dezembro de 2021. Fato é que, hoje, percebemos muitas escolas com o sistema presencial, remoto e híbrido em seus projetos políticos pedagógicos.

Assim como em todo o país, no Estado do Acre as escolas foram fechadas e a educação migrou para o ensino remoto, inclusive a Educação Especial, que também é responsável pelo ensino de pessoas surdas no Estado. Segundo o Censo do IBGE (2010), a população residente no Estado do Acre com deficiência auditiva é de 26.812 pessoas. Esse dado traz a perspectiva, à época, do tamanho de pessoas com surdez em nosso estado que necessitavam ter acesso à educação inclusiva. Imaginemos hoje. Como afirma o Artigo 24 do decreto nº 3.298/99 (JUSBRAZIL, 2000) e a Lei nº 7.853/89 (PLANALTO, 1989) “a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita e, preferencialmente, na rede regular de ensino, e, ainda, se for o caso, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais”. Por isso, independente da modalidade de ensino e do tempo, o aluno surdo é assegurado por lei a ter uma educação de qualidade, que atenda às suas necessidades.

Importante enfatizar que a inclusão de alunos surdos na educação deve ir além de integrar o aluno com deficiência dentro da sala de aula, precisa contar com professores capacitados, com a presença de intérpretes e, principalmente, o ensino desenvolvido na língua materna, com materiais

adaptados e segurança de igualdade de oportunidade e participação. Sabe-se que estas propostas educacionais para alunos surdos já são difíceis de serem implementadas no contexto escolar presencial e com a mudança da modalidade de ensino devido à pandemia, além das dificuldades já existentes, novas surgiram junto ao ensino remoto.

O ensino a distância traz consigo a necessidade de utilizar aparelhos tecnológicos que possibilitem o aluno a ter acesso às plataformas de aulas síncronas e assíncronas, do acesso a uma rede de dados de qualidade que o possibilite acompanhar plenamente as aulas, a fazer pesquisas e produzir trabalhos acadêmicos, sem esquecer dos intérpretes. Some-se a esses aspectos, o aluno com surdez pode, assim como os ouvintes, enfrentar obstáculos relacionados aos usos das tecnologias e ao acesso, dificuldades de interação, de inclusão e de acessibilidade o que leva, por vezes, a precisar da ajuda de familiares ou terceiros para conseguir assimilar os conteúdos recebidos e não desistir das aulas.

Proposições para educação em tempos de pandemia da Secretaria da Educação do Acre

No estado do Acre as aulas presenciais nas redes pública e privada foram suspensas no dia 17 de março, quando houve as três primeiras confirmações de contaminação por Covid-19. Como medida para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, por meio da portaria SEE N° 764, de 18 março de 2020, ficou estabelecido medidas temporárias a serem adotadas pelas unidades escolares, setores administrativos e núcleos de educação da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes e outras providências (SEE-AC, 2020).

A partir dessa portaria, as aulas passaram a ser ministradas em regime de ensino a distância e os seus mais de 160 mil alunos (IBGE, 2020) tiveram aulas por meio de rádio e aplicativos. Além disso, a fim de capacitar os docentes da rede básica de ensino, a SEE-AC criou a plataforma EducAcre, cujo objetivo é fornecer aos professores uma gama de recursos *online* para a aprendizagem e para a resolução das atividades dos discentes. No que tange

à educação inclusiva, a plataforma EducAcre tem uma aba exclusiva para o que denomina de Divisão de Educação Especial e que tem por objetivo

garantir a participação plena dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento/transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, dislexia, discalculia, disortografia, disgrafia e distúrbio do processamento auditivo central em todas as atividades propostas, soma esforços no apoio as unidades de ensino na orientação de procedimentos e adaptações curriculares que possam atender as necessidades desses estudantes, nesse período de aulas remotas (SEE-AC, 2020, p. 02).

Com essa visão, a SEE-AC, por meio do núcleo de Educação Especial estabeleceu como plano de ação colaborativo que, nas escolas estaduais acreanas, professores e coordenadores pedagógicos têm o apoio do professor da sala de recursos multifuncionais, do professor mediador, do professor intérprete, do professor brailista e do professor de libras para elaborar, executar e acompanhar as atividades solicitadas, como forma de garantir aos estudantes acessibilidade curricular por meio das adaptações razoáveis. Sobre adaptações razoáveis,

[...] significa as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais (SEE-AC, 2020, p. 03).

Essas adaptações razoáveis destacadas pelo núcleo de Educação Especial da SEE-AC são previstas em Legislação Federal, de modo a assegurar aos alunos com alguma deficiência e com surdez, o pleno acesso ao currículo em igualdade e oportunidade. Por esse prisma, o núcleo recomenda, dentre algumas ações, a elaboração de atividades de modo claro, objetivo, simplificado e acrescentando elementos que direcionem a atenção do aluno para o objeto de estudo, ou seja, com recursos visuais, destacar as palavras-chave, usar setas, colocar figuras e outras sinalizações visuais. Também sugere que seja garantido ao aluno surdo a “disponibilização dos conteúdos por

meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), sua língua de instrução, podendo produzir, por exemplo, videoaulas e fazer uso de recursos visuais para as atividades” (SEE-AC, 2020, p. 05). Abaixo, apresentamos a página virtual da Divisão de Ensino Especial, do EducAcre, com abas destinadas à educação dos surdos, em destaque:

Figura 1 - Página virtual da Divisão de Ensino Especial, do EducAcre.



Fonte: EducAcre. Disponível: <https://www.educ.see.ac.gov.br/pagina/ensino-especial>. Acesso: 15 fev. 2022.

Percebe-se que a SEE-AC procurou, assim como os demais estados brasileiros, caminhos para minimizar os danos educacionais dos alunos devido à pandemia. Além de formação e investimentos em plataformas digitais, para facilitar o acesso à educação, o Governo do Estado do Acre disponibilizou aproximadamente 295 pontos de conexão de banda larga gratuita, com alta velocidade, que alcança todos os municípios do Estado, com o intuito de beneficiar não somente a educação, como também o empreendedorismo e desenvolvimento socioeconômico em comunidades com baixo índice de conectividade. Esse benefício atinge locais onde era praticamente inexistente qualquer acesso à internet, como por exemplo, a terra indígena próxima do rio Breu, em Marechal Thaumaturgo/AC (BRASIL, Ascom Ministério das Comunicações, 2021).

De modo semelhante, a Secretaria Municipal de Rio Branco desenvolveu a plataforma chamada Portal Escola Rio Branco-AC, disponibilizada no dia 23 de abril de 2021, sendo um ambiente virtual que beneficia em média 24.514 alunos matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA da Rede Municipal de Ensino. A proposta segue na mesma concepção pedagógica da EducAcre, fornecendo suporte e materiais didáticos para os professores em aulas de forma remota e oferece suporte técnico para todos. As aulas foram ministradas por meio da internet, por vídeoaula, pelo rádio, com áudio-aula, pela televisão, assim como entregava material impresso aos alunos como forma de minimizar os danos da pandemia (SEME-AC, 2021).

Metodologia - Estudo de Caso

Orsolini e Ribeiro (2013) destacam que a pesquisa é ato de liberdade que legitima o sujeito a investigar dado objeto para conhecer algo novo. O conhecer permite conduzir-se em direção à emancipação e ao empoderamento de sujeitos e grupos e, esse conhecimento, acontece quando se faz pelo mergulho no outro, pela troca e pelo encontro com esse outro, respeitando suas singularidades. Assim, pesquisar é “ao encontro do outro para que se faça do par pesquisador-pesquisado, um novo sujeito, emancipado, motivado e que constrói sua transformação (ORSOLINI; RIBEIRO, 2013, p. 1).

Pela busca de compreender e construir uma reflexão que movimente para uma transformação dos sujeitos envolvidos na pesquisa, a metodologia estudo de caso, por ter natureza aplicada, permite aos pesquisadores compreender o objeto de estudo, com fins de buscar soluções para os problemas sociais detectados. Prodanov e Freitas (2013) argumentam que, ao escolher o estudo de caso, coleta-se e analisa-se informações sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade, a fim de estudar aspectos variados desse sujeito, com a finalidade de compreender o fenômeno dentro do seu contexto (GIL, 2010, p. 37).

Com esse entendimento, este trabalho faz uso do estudo de caso, de caráter qualitativo-quantitativo, elaborado a partir do interesse de melhor compreender os obstáculos que pessoas surdas enfrentam ao estudarem na modalidade *online* durante este período de ensino remoto, advindo do fechamento de escolas e universidades. A pesquisa foi realizada por meio de formulário *online*, utilizando a plataforma do Google Forms, visto que o encontro presencial para elaboração da mesma não seria possível devido às questões de segurança epidemiológicas relacionadas a pandemia. O questionário foi produzido com questões abertas e fechadas, sem considerar distinção de idade, nível de ensino ou instituição. Para isso, a pesquisa se deu em cinco etapas: 1) Produção do formulário e suas perguntas; 2) Disponibilização do formulário à comunidade surda feita através de compartilhamento via *WhatsApp* com ajuda de colegas e de professores da universidade que tem contato e acesso a estudantes surdos. O formulário foi disponibilizado para receber respostas no período de 12 dias, sendo desde a data de 19/12/2021 a 30/12/2021, recebendo neste período um total de 10 participações; 3) Encerramento do período de aceite de respostas e novas participações; 4) Coleta e análise de dados e 5), apresentação dos resultados.

As questões se referiam à acessibilidade durante as aulas, ao acesso aos equipamentos para estudos, à disponibilidade de internet de qualidade, à dificuldade de compreender e utilizar as plataformas de estudo, à necessidade de ajuda de terceiros para entender os conteúdos e realizar as atividades acadêmicas, e sobre ambas as modalidades de ensino - aulas online e aulas remotas - quais estes alunos achavam melhor. Segue o quadro com as perguntas:

Quadro 1 - perguntas realizadas aos alunos.

Perguntas	Tipo de Pergunta
Informe seu nome:	Discursiva
Sua cidade:	Discursiva
Você estudou/estuda durante este período de pandemia na modalidade ensino remoto, em aulas online?	Objetiva
As suas aulas TINHAM a presença de intérprete?	Objetiva
Você TEM acesso à materiais adaptados durante as aulas e atividades? Exemplo: slides com imagens, atividades escritas de forma fácil de entender.	Objetiva
Você CONSEGUE interagir durante suas aulas? Exemplo: se sentia confortável e livre para responder perguntas e dar sua opinião.	Objetiva
Você alguma vez PRECISOU da ajuda de amigos ou familiares nos estudos? Exemplo: para entender atividades, para entender os textos e conteúdos.	Objetiva
Você TEM acesso às tecnologias para poder estudar? Exemplo: tinha computador, celular, notebook ou tablet.	Objetiva
Você TEM internet boa em casa para participar das aulas? Exemplo: WIFI ou Dados Moveis com muitos gigas de internet.	Objetiva
É DIFÍCIL para você entender e usar plataformas de estudo como o Google Meet, Classroom, Docs, Moodle, etc.?	Objetiva
Você acha MELHOR aulas online ou presenciais?	Objetiva
Em suas palavras, como você classifica o Ensino Remoto Emergencial para alunos com surdez?	Discursiva

Fonte: Elaboração das autoras.

A maioria das questões foram produzidas com respostas de múltipla escolha, na intenção facilitar a leitura e entendimento dos participantes e de diminuir o incômodo linguístico, tendo em vista que o questionário se encontra na L2 de pessoas surdas. A importância de proporcionar este conforto linguístico pauta-se na afirmação de Albres e Neves (2013):

O conforto linguístico pode se dar também no uso de uma segunda língua, desde que esta seja acessível. Para os Surdos, a língua majoritária, de modalidade oral auditiva, não é completamente acessível, ou seja, não é facilmente aprendida como segunda língua, assim como é para sujeitos ouvintes bilíngues, pois, acessar confortavelmente uma língua, significa estar no mundo, linguística e culturalmente, por intermédio dela. Esta condição bilíngue não acontece naturalmente com os Surdos brasileiros, que pela condição da surdez, em sua grande maioria, vivem desconectados da produção de sentido na língua majoritária, a língua portuguesa, vivendo como aprendizes estrangeiros no uso de uma segunda língua (ALBRES; NEVES, 2013, p. 147)

Levando em consideração estas afirmações, tentamos tornar o questionário acessível aos sujeitos alvos da pesquisa, trazendo naturalidade e facilidade por intermédio de questões diretas que respeitam a peculiaridade linguística deste povo, pois, como afirma Gomes e Góes (2011) quando tratamos de duas modalidades tão distintas, como o Português e a LIBRAS, a competência e o conforto linguístico da primeira língua é sempre superior ao da segunda, para qualquer indivíduo. (SANTIAGO; ANDRADE, 2013, p.147).

Salienta-se que todos os registros foram obtidos e tratados com a devida ética, preservando a identidade dos participantes que estiveram cientes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, deixando explícito que o objetivo do formulário é refletir sobre os obstáculos que estudantes com surdez enfrentam no contexto das aulas remotas, consequentes do distanciamento social causado pela pandemia do Covid-19. Assim, o participante não era obrigado a fornecer dados pessoais, caso isso o deixasse mais confortável para responder ao questionário.

Análise dos Dados

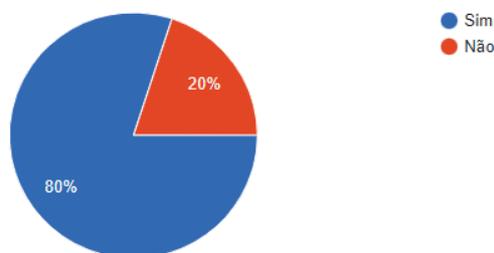
A análise da pesquisa apontou que 100% dos participantes são residentes da cidade de Rio Branco - Acre, seus nomes serão preservados, portanto não

haverá a exposição das respostas a este campo. Observa-se que mesmo os participantes sendo o público-alvo da pesquisa (pessoas surdas e que tiveram contato com o ensino remoto) 20% dos entrevistados responderam que não estudam/estudaram no ensino remoto, como demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Estudo no período de pandemia.

Você estudou/estuda durante este período de pandemia na modalidade ensino remoto, em aulas online?

10 respostas



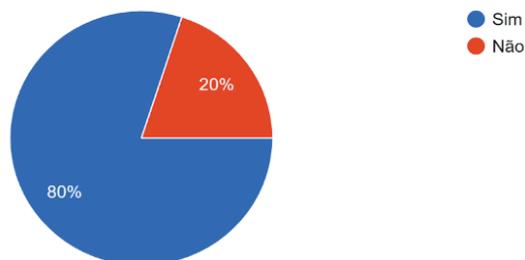
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

No que se refere a ter intérpretes nas aulas para os alunos surdos, no Gráfico 2 verificou-se que 80% dos entrevistados tiveram intérpretes em suas aulas e 20% não puderam contar com a presença deste profissional no período remoto.

Gráfico 2 - Presença do profissional intérprete.

As suas aulas TINHAM a presença de intérprete?

10 respostas



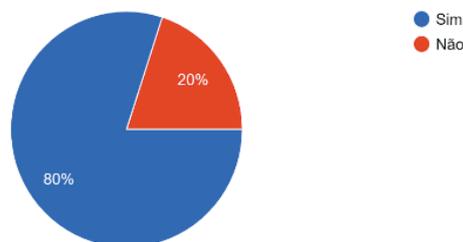
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Tal resultado é preocupante visto ser o profissional intérprete o tradutor do estudante surdo no processo de comunicação com pessoas ouvintes e, na ausência, o estudante surdo é excluído do processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que a maioria dos ouvintes não conhecem a Libras. Outro ponto a ser destacado é que o Decreto 5.626/05 (PLANALTO, 2005, p.6) prescreve ser direito do aluno com surdez possuir um intérprete que o acompanhe no ambiente escolar, todavia, para o caso desta pesquisa, verifica-se que a lei não foi respeitada e, possivelmente, ocasionou desafios e desconfortos para eles. Deste modo, quando não há intérprete na sala de aula, a pessoa surda torna-se um estrangeiro dentro de seu próprio ambiente escolar, privado de comunicação pela diferença linguística (QUADROS, 2004, p.84). Ademais, o surdo se comunica usando uma linguagem visual-gestual e para que este consiga comunicar-se com os ouvintes, que usam a linguagem oral auditiva, é necessário que o intérprete atue como uma ponte entre o surdo e o ouvinte.

Em relação ao acesso a materiais adaptados durante as aulas e atividades, outro dado foi observado. O Gráfico 3, de acordo com as respostas dos participantes, aponta para 20% dos participantes não tiveram acesso a estes materiais didáticos importantes para que o aluno surdo tenha a oportunidade de assimilar os conteúdos com maior eficácia.

Gráfico 3 - Materiais didáticos.

Você TEM acesso à materiais adaptados durante as aulas e atividades? Exemplo: slides com imagens, atividades escritas de forma fácil de entender.
10 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Como afirmam Dantas e Daxenberger (2018), é de grande valia que a área da educação tenha o olhar voltado para as estratégias de ensino que levem em consideração a educação bilíngue, fazendo utilização de materiais visuais (materiais/recursos adaptados) com a finalidade de que se torne habitual essa prática entre os docentes, ocorrendo assim o aprendizado de fato desses alunos. Conforme cita Campos:

O surdo é aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social. A língua de sinais permite ao ser surdo expressar seus sentimentos e visões sobre o mundo, sobre significados, de forma mais completa e acessível. (CAMPOS, 2013, p. 48)

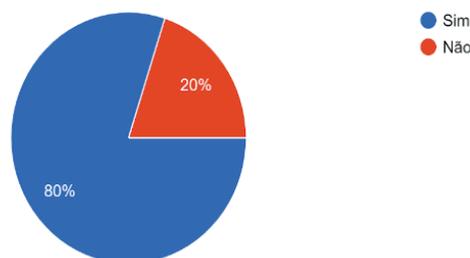
Por esse princípio, é importante que o ensino para o estudante surdo apresente possibilidades visuais de acordo com a modalidade didática visual da língua utilizada por ele, a Libras, articulada com recursos multimodais (imagens, legendas, cores, vídeos, escrita) e materiais didáticos que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo.

Sobre a interação durante as aulas, como exemplificado no Gráfico 4, 20% dos participantes responderam que não se sentem confortáveis e livres para participar, fazendo perguntas e expondo suas opiniões.

Gráfico 4 - Interação nas aulas.

Você CONSEGUE interagir durante suas aulas? Exemplo: se sentia confortável e livre para responder perguntas e dar sua opinião.

10 respostas



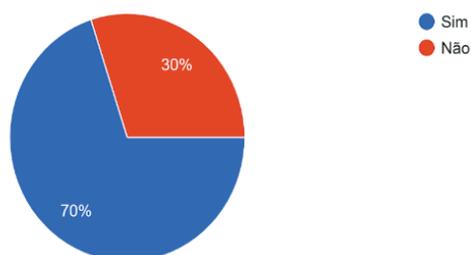
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Essa proporção revela para um quadro de exclusão e de desconforto sentidos por estes alunos durante as aulas remotas. Madke, Bianchi e Frison (2013) argumentam que as interações estabelecidas em sala de aula entre professor-aluno e aluno-aluno revelam-se imprescindíveis para o processo de aprendizagem, ou seja, na relação com o outro, na troca de experiências, é possível sair do nível de desenvolvimento real e alcançar o “nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (Vygotsky, 2007, p. 97).

Nesse sentido, a aprendizagem ocorre na interação, pelas trocas com o outro e proporciona, de acordo com Vygotsky (2007), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Ao considerarmos que a interação colabora com o desenvolvimento, refletimos sobre os obstáculos enfrentados por alunos surdos durante o ensino remoto, desde a insegurança de estarem em um ambiente virtual sem o contato com o outro, já que muitos não abrem as câmeras para economizar os dados; a falta do intérprete de libras que o auxilia na compreensão do conteúdo; a ausência de material didático e de recursos visuais adequados para sua realidade, além da formação docente não envolver o ensino de Libras. Desse modo, os enunciados concretos proferidos no ambiente remoto ficam deslocados para o aluno surdo por ele não conseguir acompanhar as aulas de maneira significativa. No tocante a precisar da ajuda de familiares ou terceiros nos estudos, 70% dos participantes citaram que necessitam, conforme apresentado no gráfico 5.

Gráfico 5 - Necessidade da ajuda de familiares e terceiros.

Você alguma vez PRECISOU da ajuda de amigos ou familiares nos estudos? Exemplo: para entender atividades, para entender os textos e conteúdos.
10 respostas

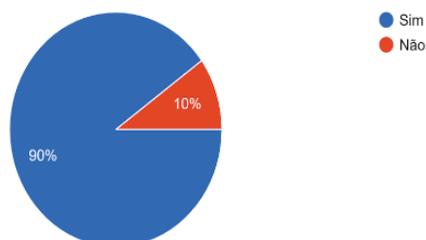


Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

Avaliando este percentual, percebe-se que estes alunos se sentem mais confortáveis aprendendo com familiares ou terceiros, do que com os profissionais do ambiente escolar. Tal constatação pode estar ligada ao fato do aluno surdo sentir um maior desconforto em tirar dúvidas e participar das aulas devido à ausência da interação no ambiente de ensino. Parece que, para os alunos surdos desta pesquisa, é melhor estudar os conteúdos após as aulas sozinhos, com o auxílio da família e/ou de terceiros. Shimazaki, Menegassi e Feline (2020) destacam que a educação remota é complexa para a educação especial e o acompanhamento da família é importante, todavia, apontam que muitos familiares não se encontram preparados, o que pode tornar a aprendizagem ainda mais difícil. Com relação ao acesso a equipamentos de tecnologia para conseguir estudar e visualizar as aulas, de acordo com o Gráfico 6, 10% afirmaram não ter nenhuma forma de acesso.

Gráfico 6 - Acesso a equipamentos de tecnologia.

Você TEM acesso às tecnologias para poder estudar? Exemplo: tinha computador, celular, notebook ou tablet.
10 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Esta parcela evidencia que estudantes surdos em situação de vulnerabilidade socioeconômica são os mais prejudicados nesse formato de ensino remoto, mesmo que, aparentemente, representem a minoria neste estudo. Shimazaki, Menegassi e Feline (2020) abordam que, durante o ensino remoto emergencial, alunos surdos ainda não estavam habituados e, alguns, devido à condição social, não dispunham de celular, televisão, computador ou notebook para acesso às aulas remotas, o que os levou a ter maiores dificuldades na compreensão e interpretação dos enunciados da

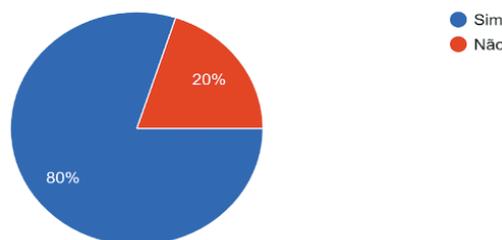
língua portuguesa, já que os surdos precisam de mais explicações para que a aprendizagem se estabeleça.

Em uma sociedade em que as tecnologias se encontram cada vez mais presentes nas casas brasileiras, os dados revelam que os alunos pesquisados têm algum aparelho tecnológico (computador, *notebook*, *tablet*, celular *smartphone*) auxiliando nas questões da educação e da vida moderna. Os sujeitos surdos, intermediados pelas facilidades tecnológicas que estes aparelhos proporcionam são grandes usuários de plataformas que oferecem a possibilidade de conversas por vídeo chamada, o que propicia a possibilidade da comunicação em sua língua visual-gestual, prestando certo conforto linguístico a este público.

Com relação a ter acesso a internet de qualidade, Wi-Fi em casa ou plano de dados móveis disponíveis para poder participar das aulas, 80% afirmaram que tinham acesso e 20% disseram o contrário.

Gráfico 7 - Acesso à internet de qualidade.

Você TEM internet boa em casa para participar das aulas? Exemplo: WIFI ou Dados Moveis com muitos gigas de internet.
10 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

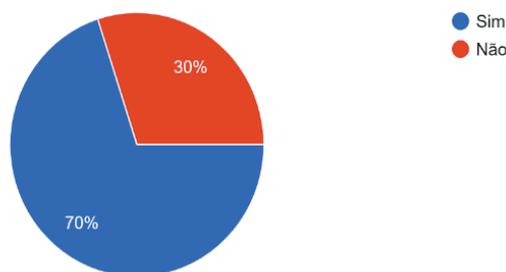
Este percentual relacionado a ausência de acesso é preocupante e comprova que existe uma parcela de estudantes surdos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visto que as aulas síncronas do ensino remoto são executadas por videoconferência, e este tipo de plataforma utiliza bastante internet, já que conta com a imagem ao vivo dos participantes.

Para o estudante surdo, especificamente, a internet precisa ser boa para oferecer uma imagem de qualidade tanto do professor/a quanto do profissional

intérprete e do conteúdo apresentado. Este fato evidencia a importância do acesso à internet de qualidade por todos os estudantes, principalmente para os que não contam com condições econômicas suficientes para terem acesso aos grandes planos de internet. Dentre todas as dificuldades encontradas dentro do ensino remoto, a de não ter bom acesso à internet é a mais relatada pelos alunos acreeanos. O ensino remoto se apresenta como um sistema de ensino distante da realidade de milhões de brasileiros e, sem políticas públicas e pedagógicas que discutam os problemas de modo eficaz, esse modelo de ensino exclui aqueles que não se adequam às necessidades básicas que envolvem as tecnologias (SHIMAZAKI, MENEGASSI E FELLINE, 2020). Sobre a dificuldade de utilizar as plataformas de estudo 70% afirmou que sente sim dificuldade, como aponta o Gráfico 8.

Gráfico 8 - Dificuldade de utilizar plataformas de estudo.

É DIFÍCIL para você entender e usar plataformas de estudo como o Google Meet, Classroom, Docs, Moodle e etc.?
10 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

De acordo com Conceição e Santos (2006), a distribuição massiva de informação passada de geração para geração, por meio virtual, não assegura o aprendizado. A contribuição para o acesso remoto auxilia no desenvolvimento profissional do professor e na capacidade de adaptação, assim como a do aluno. Contudo, Carneiro, Lopes e Campos Neto (2018) destacam o Google Classroom, uma plataforma educacional da web, como um meio de incentivo e colaboração em todo o âmbito escolar, tendo em vista o crescente aumento de relações significativas entre professor/aluno e aluno, além da colaboração evidente para o aprimoramento do compartilhamento de conhecimento.

Uma das maiores dificuldades no ensino remoto é a falta de conhecimento tecnológico. Quando professores são questionados sobre seu conhecimento acerca das plataformas, como o Google Drive ou MOODLE, Conceição e Santos (2006) descrevem que cerca de 44% dos pesquisados afirmam terem certo conhecimento prévio sobre esses AVA's 1, mas não as utilizavam. Já cerca de 20% conheciam e utilizavam esses meios de lecionar aula em suas escolas. Os 26% restantes nunca tiveram acesso a tais plataformas, mas já tinham ouvido falar. A conexão com a internet é, de longe, o principal problema para o ensino remoto porque muitos professores e alunos não dispõem de conexões seguras e rápidas, assim como não possuem equipamentos, computadores, celulares para as aulas online. Para os nossos participantes, a pouca habilidade com as plataformas de estudo e a dificuldade de interação nas aulas remotas colaboram com as proposições de Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020) ao destacarem ser necessário adaptação do material disponibilizado nas aulas remotas para que não haja interferência na compreensão e aprendizagem dos alunos surdos.

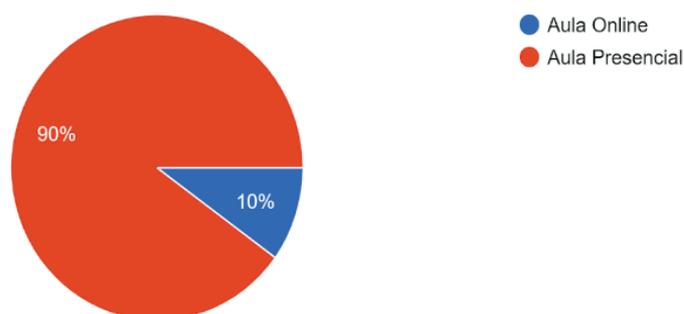
Como a presença de alunos surdos nas escolas regulares ainda é recente, há muitas dificuldades para o próprio professor que, na maioria das vezes, não tem habilidade e o conhecimento na Língua de Sinais (Libras). Importante frisar que, assim como nas aulas presenciais, dúvidas também existem na modalidade remota. A didática e o modo como se explica e se solicita atividades neste ambiente é diferente do face a face, o que leva muitos alunos a terem inúmeras dificuldades de transitarem e resolverem questões quando solicitadas por diferentes plataformas digitais.

Não podemos negar que o tempo em que estávamos em isolamento social foi algo extremamente difícil para todos. Migrar do modelo de educação presencial para o virtual foi ainda mais complexo ao considerarmos as imensas desigualdades sociais existentes no Brasil. Alunos ouvintes e professores não têm o conhecimento em Libras e a dificuldade de interação com o aluno surdo no sistema remoto elevou ainda mais o fosso da exclusão social e da aprendizagem. A próxima pergunta procura saber qual modalidade de ensino é melhor para o público surdo e, como esperado por nós, para 90% dos participantes o ensino presencial é a preferência como vemos no gráfico abaixo.

Gráfico 9 - Melhor método de estudo.

Você acha MELHOR aulas online ou presenciais?

10 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Este percentual exemplifica a importância da interação que o ensino presencial proporciona, principalmente aos alunos surdos, os quais a socialização e comunicação em caráter visual é importantíssimo, além do contato social com seus colegas de classe, com os professores e outros membros da escola faz com que se sintam parte de uma comunidade. De fato, ao interagirmos por meio de enunciados concretos proferidos em uma cadeia de elos discursivos entre surdos e ouvintes, a pandemia provocou novas formas de interação, novos modos de realizar discursos “correlacionados a outros tipos de manifestação e interação por meio de signos: com a expressão facial, gesticulação, os atos convencionais e assim por diante” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 107).

A última questão trata como seria classificado o Ensino Remoto Emergencial para alunos com surdez. Apenas 5 dos participantes responderam:

Quadro 2 - Como é classificado o Ensino Remoto Emergencial para alunos com surdez.

Em suas palavras, como você classifica o Ensino Remoto Emergencial para alunos com surdez?

6 respostas

Péssima

Depende

Sim

...

Para mim é difícil perder as informações do professor pelos intérpetes quando o internet estiver travando

eu sou surdo

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Diante do demonstrado no Quadro 2, houve poucas respostas e não foram satisfatórias. Das apresentadas, podemos interpretar que os surdos avaliam a experiência do Ensino Remoto como difícil e péssima, pois é comum que haja perda de informações importantes dadas pelo professor durante as aulas. Isso aconteceu por conta do resultado de queda ou lentidão da internet, ocasionado má qualidade ou travamento imagem do intérprete e do conteúdo apresentado na aula. Este fator resulta em uma lacuna na formação do aluno surdo durante a pandemia, visto que perde parte da explicação e do conteúdo, causando confusão com relação ao assunto, desconforto, perda da concentração e interrompe o processo de ensino-aprendizagem.

Percebemos, por esse breve estudo, o quanto as instituições de ensino são importantes para o ensino de alunos surdos. O espaço escolar presencial oferece alguma oportunidade, identidade e proporciona modos diversos de interação do aluno surdo com os ouvintes. É o espaço de encontros de inúmeras aprendizagens, do linguístico ao cultural, do saber formal e informal, é o lugar de entrosamentos, de compartilhar as dúvidas e as experiências, enfim, a escola é, conforme princípios freireanos, o lugar onde podemos começar a melhorar o mundo.

Considerações Finais

Diante das circunstâncias vividas no Brasil durante a pandemia do Covid-19, com um governo negacionista, os governos estaduais e os municípios procuraram apresentar medidas inadiáveis nas áreas da saúde, da economia e da educação. A pandemia deixou marcas profundas na educação. Revelou o abismo social que nossos estudantes vivem e escancarou as mazelas vividas por milhões de brasileiros. Na época, o ensino remoto firmou-se como medida paliativa e, como tal, tem seus prós e contras. O ensino remoto foi um modelo que pode auxiliar a educação de modo significativo e não podemos abandonar, entretanto, vários pontos precisam ser revistos, reorganizados e solucionados para que o acesso às tecnologias digitais sejam, de fato, para todos. Mais do que nunca, é preciso tirar a palavra inclusão do papel e do discurso vazio e colocá-lo em ação concreta.

Os resultados apontam aspectos positivos e negativos do ensino remoto. Revelam ser preciso uma atenção às dificuldades enfrentadas por alunos surdos no que tange à presença do profissional intérprete, a materiais didáticos adaptados, a interação durante as aulas e na colaboração da família e/ou terceiros para compreender os conteúdos abordados nas aulas e das atividades desenvolvidas. Como resultado positivo, o acesso prévio aos conteúdos, as atividades e uso das tecnologias auxiliam o aluno surdo na aula.

É importante ressaltar que o ensino remoto é uma opção necessária perante a situação atual em que nos encontramos, mas, quando relacionado ao ensino de pessoas com surdez, esta modalidade apresenta mais obstáculos a serem enfrentados do que quando comparados a alunos ouvintes, principalmente no que tange a assuntos de acessibilidade, interação, facilidade na utilização das plataformas, autonomia e conforto linguístico. As aulas *online* para estudantes surdos foi e é uma opção necessária, mas, diante das inúmeras dificuldades relatadas, precisa atravessar longos mares (nem sempre calmos) para se tornar viável a todos os alunos surdos.

Por fim, com uma expressão do séc. 70 a.C. dita pelo general Pompeu, modificada pelo poeta italiano Petrarca, no século XIV e imortalizada por Fernando Pessoa em seu poema “**Navegar é preciso, viver não é preciso**”,

tomamos emprestado porque, para a educação brasileira, navegar é mais que preciso. Estamos sempre em mares revoltos e o ensino remoto tirou a venda dos nossos olhos e nos obrigou a ver as misérias, as desigualdades sociais. Viver não é preciso, realmente é imprevisível, assim como foi a pandemia. Estamos, hoje, buscando vencer a tempestade e, de forma mais agentiva, promover uma educação com melhor acessibilidade para os alunos surdos. Algumas ações como implantar serviços de comunicação e plataformas acessíveis; flexibilizar e disponibilizar horários para atendimento de dúvidas ou de explicação dos conteúdos, ter intérpretes presentes nas aulas/eventos presenciais e virtuais são possíveis de acontecer, precisamos agir. Navegar é preciso e, com ações que vençam aos que (ainda) apostam na necroeducação (LIBERALI, 2020), podemos contribuir para a educação dos surdos.

Referências

- Acre. Governo do estado do Acre. (2020). *Portaria SEE Nº 764 DE 18/03/2020*. Diário Oficial do Estado. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391009>
- Albres, N. A. e Neves, S. L. G. (2013). *Libras em estudo: política linguística*. São Paulo: FENEIS.
- Brasil. Agência do Senado. (2021). *Pandemia acentua déficit educacional e exige ações do poder público*. Ana Lídia Araújo (sob supervisão). Brasília: Senado Federal. <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-aco-es-do-poder-publico>
- Brasil, Despacho n.º 14172/2021 da Constituição Federal (2021). Planalto. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14172.htm
- Brasil, Despacho n.º 3298/1999 do Artigo 24 de Dezembro de 1999. Jusbrasil.
- Brasil, Despacho n.º 7853/1989 da Congresso Nacional (1989). Planalto. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm

Brasil, Ministério das Comunicações. (2021). *Acre tem 295 pontos de internet via satélite conectando todos os municípios*. GOV.BR. <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/setembro/acre-tem-295-pontos-de-internet-via-satelite-conectando-todos-os-municipios>

Brasil, Despacho n.º 5626/2005. Decreto da Constituição (2005). Planalto. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

Campos, M. L. I. L. (2013). Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.) *Tenho um aluno surdo, e agora?: Introdução à LIBRAS e educação de surdos*. São Carlos: EdUFCSCar, Cap. 3, p. 37-61.

Carneiro, J. R. S., Lopes, A. S. B. e Campos Neto, E. (2018). *A utilização do Google Sala de Aula na Educação Básica: uma plataforma pedagógica de apoio à Educação Contextualizada*. Anais do Workshop de Informática na Escola, [S.l.], p. 401, out. ISSN 2316-6541. <https://www.brie.org/pub/index.php/wie/article/view/7909/5608>.

Conceição, S. R. e Santos, R. M. R. (2016). *Comunidades virtuais de aprendizagem em perspectiva*. Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 14, n. 2, dez. ISSN 1679-1916. <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/70640/40066>.

Dantas, J. C. S. e Daxenberger, A. C. S. (2018). *A importância da adaptação de recursos didáticos na educação de surdos*. Editora Realize.

Duboc, M. J. O. (2004). *Formação do professor, inclusão educativa: uma reflexão centrada no aluno surdo*. Sitientibus, Feira de Santana, jul/dez.

Gil, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Gsarinelli. (2020, Outubro, 20). *Profa. Fernanda Liberali discorre sobre a atual situação de Pandemia a partir dos conceitos de Vigotsky, Bahktin, Espinosa e outros*. <https://iscarbrasil.wordpress.com/2020/10/20/profa-fernanda-liberali-discorre-sobre-a-atual-situacao-de-pandemia-a-partir-dos-conceitos-de-vigotski-bahktin-espinosa-e-outros/>

IBGE. Portal do Governo Brasileiro. 2010. *Censo - Amostra Pessoas com Deficiência*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/pesquisa/23/23612>

IBGE. Portal do Governo Brasileiro. 2020. *Censo Escolar - Sinopse*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/rio-branco/pesquisa/13/5908>

Liberali, F. C. (2020). Construir o inédito viável em meio a crise do coronavírus – lições que aprendemos, vivemos e propomos. [Orgs.] Liberali, Fernanda Coelho et al. *Educação em tempos de pandemia: brincando com um mundo possível*. Campinas, SP : Pontes Editores, p. 13-22.

Madke, P, Bianchi, V. e Frison, M. D. (2013). *Interação no espaço escolar: contribuições para a construção do conhecimento escolar*. ANAIS. VI Encontro Regional Sul de Ensino de Biologia. https://san.uri.br/sites/anais/erebio2013/comunicacao/13427_62_PATRICIA_MADKE.pdf

Mbembe, Achille. (2013). *Necropolítica*. 2. ed. São Paulo: n-1 edições. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>

Orsolini, A. Ribeiro, S. (2013) . *Estudo de caso como método de investigação qualitativa: uma abordagem bibliográfica*. Uni-FACEF.

Perlin, G. e Strobel, K. (2006). *Fundamentos da educação de surdos*. Florianópolis.

Prodanov, C. C. e Freitas, E. C. F. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale.

Quadros, R. M e Schmiedt, M. L. P. (2006). *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP.

Quadros, R. M. (2004). *O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEESP.

Santiago, V. A. A e Andrade, C. E. (2013). *Surdez e sociedade: questões sobre conforto linguístico e participação social*. In: Libras em estudo: política linguística, Albres e Grespan Neves, (orgs) São Paulo, FENEIS.

Shimazaki, E. M., Menegassi, R. J. e Fellini, D. G. N. (2020). *Atendimento ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia*. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, p. 01-17.

Strobel, K. (2009). *História de Educação de Surdos*. Material Didático.

Vieira, L. e Ricci, M. C. C. (2020). A Educação Em Tempos De Pandemia: Soluções Emergenciais Pelo Mundo. *Observatório do ensino médio de Santa Catarina*. p. 1–5. https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/7432/EDITORIAL_DE_ABRIL___Let_cia_Vieira_e_Maike_Ricci_final_15882101662453_7432.pdf

Vygotsky, L. S. (2007). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Volóchinov, V. (2017). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34.